

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

# PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS NOTAS

## ÁFRICA SUBSARIANA

Uma região, duas trajetórias: Divergência  
na África Subsariana

OUT  
2024



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

# PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS NOTAS

## ÁFRICA SUBSARIANA

Uma região, duas trajetórias: Divergência  
na África Subsariana

OUT  
2024



## One Region, Two Paths: Divergence in Sub-Saharan Africa

October 2024 Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Analytical Note

Nota elaborada por Saad Quayyum, Nikola Spatafora, Sanghamitra Mukherjee e Hamza Mighri, com contributos de Youssouf Kiendrebeogo (Departamento de Finanças Públicas), Sotima Jocelyn Koussere e Ke Wang (Departamento de África).<sup>1</sup>

**AVISO:** As notas analíticas do FMI visam divulgar rapidamente aos países membros e à comunidade em geral a análise sucinta da instituição sobre questões económicas críticas. As opiniões expressas nas notas analíticas do FMI são as dos autores e não representam necessariamente as opiniões do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção.

**CITAÇÃO RECOMENDADA:** Fundo Monetário Internacional (FMI). 2024. "Uma Região, duas trajetórias: Divergência na África Subsariana." Em *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana - Reformas num contexto de grandes expectativas*. Washington, DC, outubro.

JEL Classification Numbers:	E62, F43, O11, O40, O43, Q30, Q32, Q33, Q35
Keywords:	Sub-Saharan Africa; Resource-Rich; Growth divergence; Resource curse; Terms of trade shocks; Structural reforms.

<sup>1</sup> **AGRADECIMENTOS:** A edição de outubro de 2024 da nota referente ao relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada pelos membros do Departamento de África e do Departamento de Finanças Públicas, sob a orientação de Andrew Tiffin e Catherine Pattillo.

# Uma região, duas trajetórias: Divergência na África Subariana

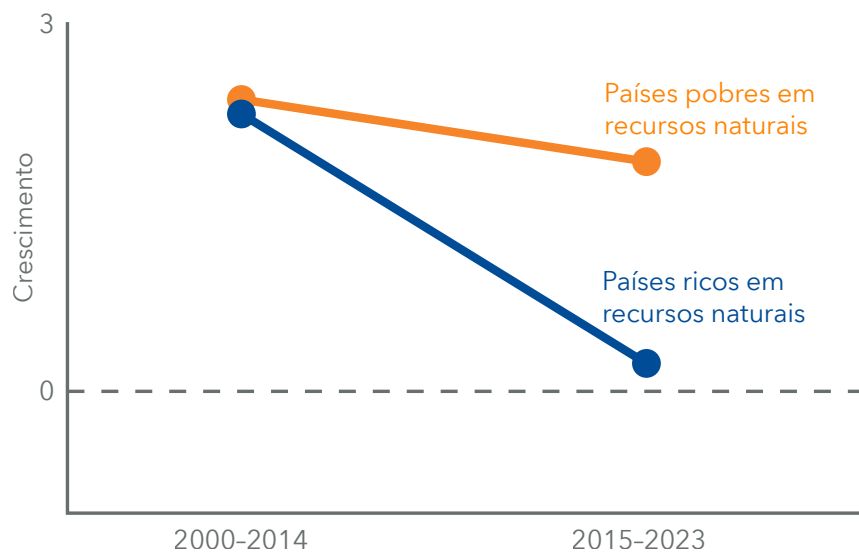
Ao longo da última década, os países da África Subariana ricos em recursos naturais têm registado um crescimento que não passa de metade do crescimento dos países pobres em recursos naturais, tendo os países exportadores de combustíveis registado um desempenho especialmente fraco. Esta divergência tem sido, em grande parte, alimentada por um choque drástico nos termos de troca sofrido pelos países ricos em recursos naturais, sobretudo os países exportadores de combustíveis, agravado por uma diminuição da produção de combustíveis. Além disso, o impacto destes choques nos países ricos em recursos naturais foi agravado por vulnerabilidades estruturais, tais como má governação, fraca gestão das receitas provenientes dos recursos naturais, ambiente de negócios desfavorável, capital humano limitado e elevada incidência de conflitos e fragilidade. Esses fatores conduziram a um enviesamento pró-cíclico da política orçamental e impediram a diversificação e o desenvolvimento do setor privado. Para relançar o crescimento sustentável, será necessário garantir um ambiente macroeconómico estável e eliminar as distorções causadas pelas políticas. A implementação de quadros orçamentais mais robustos poderá ajudar a assegurar que o crescimento seja mais resiliente no futuro. A tomada de reformas abrangentes destinadas a eliminar fraquezas estruturais – como o reforço da governação, a melhoria do ambiente de negócios, a acumulação de capital humano e a eliminação de pontos de estrangulamento nas infraestruturas – podem ajudar os países a diversificar-se e a crescer.



## Ricos em recursos naturais, mas com crescimento nulo



Divergência em termos de crescimento na África Subariana



## Mudança repentina

### Tendências de crescimento divergentes...

Este ano, quase metade (9) das 20 economias com o crescimento mais rápido do mundo provirá da África Subsariana. Este tipo de estatística é sempre impressionante, mas é poucas vezes citada nos debates sobre as perspetivas da região. Em vez disso, os principais números referentes à região destacam, normalmente, o desempenho global relativamente modesto desta parte do mundo. Isto reflete, em parte, o padrão de crescimento da África Subsariana, que apresenta duas trajetórias e revela que uma parte importante da região tem tido um desempenho insuficiente (Figura 1).

Ao longo dos últimos dez anos, os países da África Subsariana ricos em recursos naturais têm registado um crescimento que não passa de metade do dos restantes países da região. Nem sempre foi assim. Na década que antecedeu 2015, os países ricos em recursos naturais registaram um crescimento rápido, em consonância com uma melhoria geral em todo o continente. No entanto, depois de 2015, o crescimento dos países ricos em recursos naturais abrandou acentuadamente, ficando bem abaixo do dos países pobres em recursos naturais.

Reverter esta divergência no crescimento é uma prioridade regional, uma vez que os países ricos em recursos naturais representam aproximadamente dois terços do PIB e da população da África Subsariana.

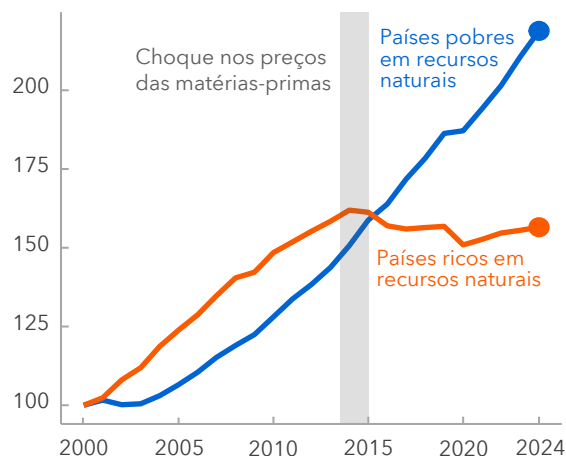
O fosso entre os países ricos em recursos naturais e os países pobres em recursos naturais revela-se claramente numa ampla série de métricas.<sup>1</sup> A produtividade total dos fatores, uma componente essencial do crescimento, registou uma queda acentuada nos países ricos em recursos naturais, e a acumulação de capital tem sido muito mais lenta do que nos outros países da região. Ao longo da última década, por exemplo, o país pobre em recursos naturais mediano investiu aproximadamente mais 3% do PIB por ano do que o seu homólogo rico em recursos naturais. Além disso, os países ricos em recursos naturais registaram uma expansão particularmente lenta dos setores de maior produtividade, incluindo a indústria transformadora e serviços modernos. Como é natural, o fraco crescimento conduziu a resultados insuficientes em termos de desenvolvimento – os progressos no combate à pobreza nos países ricos em recursos naturais estagnaram em 2014. Consequentemente, a esperança de vida de uma criança nascida hoje num desses países diminuiu 4 anos, em média, e tem 25% mais probabilidades de viver na pobreza do que as crianças de outros países da região.

### ... Mas nem todos os países ricos em recursos naturais são iguais.

Os países exportadores de combustíveis são os que enfrentaram as piores dificuldades, com uma contração de quase 2% por ano, entre 2015–2023, do PIB *per capita* mediano, acompanhada por uma redução acentuada da produtividade total dos fatores (Figura 2). O investimento também registou uma queda, de 26% do PIB por ano, durante o período 2000–2014, para cerca de 22% do PIB no período posterior ao choque. O crescimento do consumo real também diminuiu drasticamente, passando de uma taxa anual de 6,6%, entre 2000 e 2014, para 1,3% por ano entre 2015 e 2023.

**Figura 1. África Subsariana: PIB real per capita, 2000-2025**

(média ponderada, índice 2000 = 100)

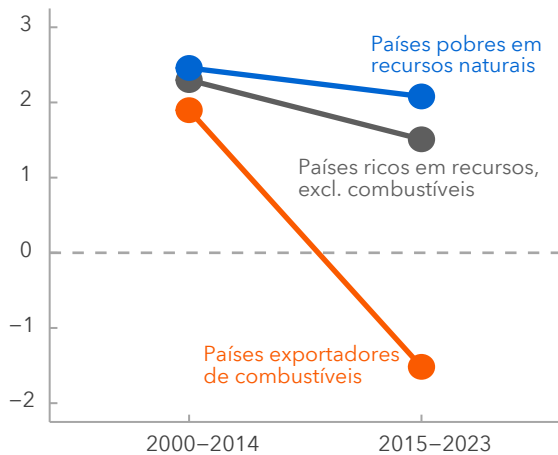


Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

<sup>1</sup> A divergência é evidente se analisarmos tanto os valores medianos como médios de grupos de países, mesmo depois de se ter em conta uma série de fatores de crescimento, como o nível de desenvolvimento inicial.

**Figura 2. África Subsaariana: crescimento do PIB real per capita, divergência no crescimento pós-2014**

(mediano, PPC em dólares internacionais)

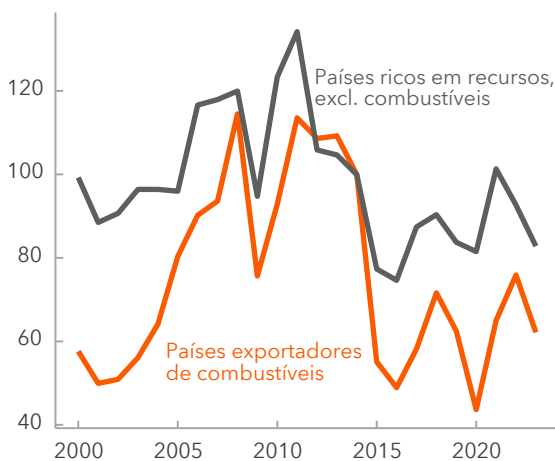


Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: os países exportadores de combustíveis são Angola, Camarões, Chade, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria e República do Congo. Os países ricos em recursos naturais (excl. combustíveis) são a África do Sul, Botsuana, Burkina Faso, Eritreia, Gana, Libéria, Mali, Namíbia, Níger, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

**Figura 3. África Subsaariana: preços reais das exportações**

(Índice 2014 = 100)



Fonte: base de dados do FMI sobre os termos de troca das matérias-primas

Nota: índice dos preços de exportação de matérias-primas deflacionado pelo IPC dos EUA.

... exacerbadas por fraquezas estruturais.

Os países ricos em recursos naturais da África Subsaariana, especialmente os exportadores de combustíveis, deparam-se com elevadas vulnerabilidades estruturais, incluindo um ambiente de negócios mais fraco, uma governação mais débil e uma maior incidência de conflitos e de fragilidade dos Estados (Figura 4). Algumas destas lacunas, nomeadamente no ambiente de negócios, agravaram-se desde 2014. Além disso, dado o fraco crescimento da produtividade laboral e a limitada flexibilidade das taxas de câmbio, especialmente na sequência

## O preço da concentração: Dependência das matérias-primas num mundo propenso a choques

O momento e a escala do abrandamento refletem variações mundiais dos preços das matérias-primas...

A divergência no crescimento deveu-se, em grande parte, a uma redução drástica dos preços das matérias-primas, especialmente para os países exportadores de combustíveis. Durante o choque dos preços das matérias-primas de 2014-2015, os preços das matérias-primas em geral caíram quase 40% entre junho de 2014 e janeiro de 2015, enquanto os preços do petróleo registaram uma queda de mais de 50%. Apesar da ligeira recuperação observada nos últimos anos, os preços de exportação continuam abaixo da média de 2011-2014, especialmente para os produtos energéticos, e ainda mais em termos reais (Figura 3). De modo geral, estes choques nos termos de troca estão estreitamente relacionados com o crescimento. Na África Subsaariana, a produtividade total dos fatores e a acumulação de capital, e até o crescimento dos setores não relacionados com os recursos naturais, como a indústria transformadora, têm tido tendência a evoluir em paralelo com os preços das matérias-primas. O corpo técnico analisou os fatores impulsionadores da dinâmica de crescimento numa amostra de países de todo o mundo, concentrando-se, em particular, no impacto das variações dos termos de troca, mas tendo também em conta outros fatores impulsionadores do crescimento, como o investimento, assim como diferenças não observadas entre países e choques mundiais. As estimativas baseadas no método de projeções locais (Jorda 2005) sugerem que, se tudo o resto se mantiver constante, o choque nos termos de troca observado após 2014 representou, por si só, aproximadamente um terço da redução do crescimento observada nos países ricos em recursos naturais da África Subsaariana, e metade da redução do crescimento registada nos países exportadores de combustíveis.

do choque nos preços das matérias-primas, os países ricos em recursos naturais têm mais probabilidade de ter taxas de câmbio sobrevalorizadas (Avaliações do setor externo realizadas pelo FMI, Dakoure *et al.* 2023). Um fator que agrava ainda mais esta situação é o facto de o setor público em muitos países ricos em recursos naturais (por exemplo, o Botsuana e a Namíbia) ser desproporcionalmente grande, com elevados prémios para os salários públicos, o que deixa menos margem para o desenvolvimento do setor privado, reduzindo a sua competitividade.

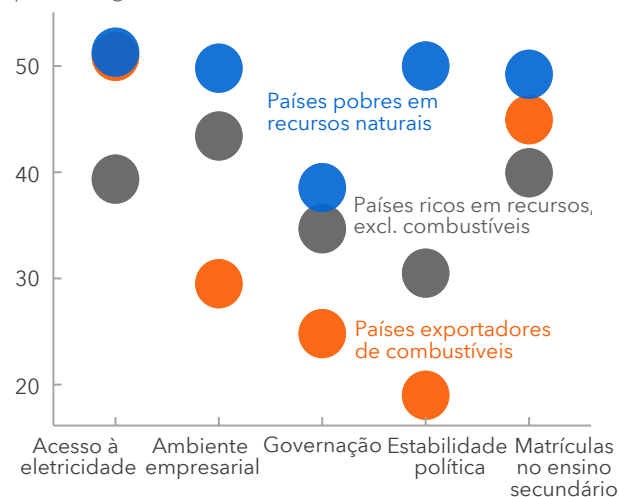
Estas fraquezas pesam diretamente sobre o crescimento e aumentam o impacto dos choques externos negativos. Em particular:

- **A gestão ineficaz dos recursos reduz a margem e as reservas orçamentais, conduzindo a enviesamento pró-cíclico da política orçamental,** que reforça o choque original. A política orçamental continua a ser muito mais pró-cíclica nos países ricos em recursos naturais, inclusive na África Subsariana, do que noutros países (apesar de se verificar uma redução da pró-ciclicidade nos últimos 15 anos; Jalles *et al.* 2023, Marioli e Vegh 2023). Essa pró-ciclicidade manifesta-se numa tendência para empreender projetos de capital dispendiosos, frequentemente mal planeados e implementados, quando os preços das matérias-primas estão elevados, seguida de uma redução acentuada das despesas de capital quando os preços das matérias-primas baixam. Muitos países exportadores de combustíveis concedem também avultados subsídios aos combustíveis, cujo custo aumenta com a subida dos preços do petróleo, limitando a sua capacidade de poupar durante os períodos de expansão.
- **A fraca governação, a corrupção sistémica e um ambiente de negócios desfavorável prejudicam a produtividade e a produção, o que se torna particularmente notório quando os preços das matérias-primas baixam.** Isso afeta não só o setor dos recursos naturais, mas também as perspetivas de diversificação em resposta aos choques (FMI 2022). De entre os desafios destacam-se a insegurança e os conflitos, a incerteza quanto às políticas, a fraca transparência, o cumprimento incerto dos contratos, a ineficiência das empresas públicas (incluindo as petrolíferas) e a corrupção. Tudo isto aumenta os riscos, fazendo subir as despesas de funcionamento e reduzindo os lucros. Na Nigéria, por exemplo, os reguladores e os participantes no mercado estimam que 7% ou mais da produção de petróleo é roubada (Dimkpa *et al.* 2023), o que produz efeitos indiretos na eficiência, pois os produtores são obrigados a ajustar as suas operações a fim de minimizar o roubo. Os riscos elevados e os custos acrescidos levam à rápida redução dos lucros quando os preços das matérias-primas baixam, desencorajando a produção e os investimentos. Nos Camarões, por exemplo, o atraso na publicação do texto de implementação do código das atividades mineiras, de 2016, abrandou o desenvolvimento do setor dos recursos naturais (FMI 2024), e a fraca governação, em Angola, tem sido um obstáculo importante ao investimento no setor privado (FMI 2022b).

Neste ponto, a análise do corpo técnico confirma que os choques nos termos de troca têm um impacto mais forte e duradouro no crescimento dos países com fraca governação (Figura 5). As estimativas sugerem que, para cada deterioração de 1% nos termos de troca, o crescimento a médio prazo é cerca de 0,25 pontos percentuais mais baixo nos países que se deparam com maiores desafios em termos de governação. Além disso, o rendimento mediano estimado sobre o capital (especificamente, a produtividade marginal do capital) foi muito

**Figura 4. África Subsariana: principais indicadores estruturais**

(percentagem, mediana)

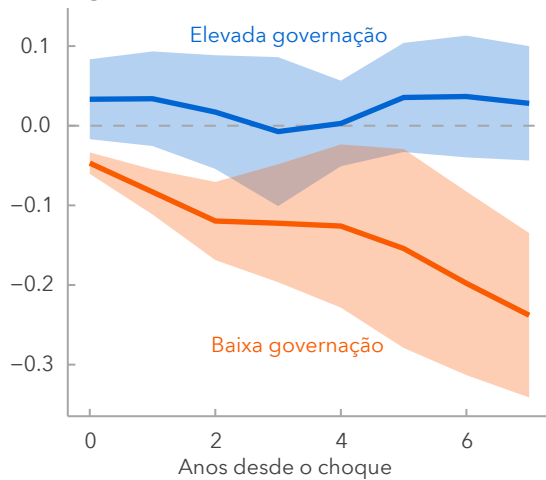


Fontes: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial; Banco Mundial, Indicadores de Governação Mundial; e Fraser Institute.

Nota: os indicadores de governação e de ambiente de negócios são redimensionados de 0-100. A estabilidade política é representada pela proporção de países em cada categoria, segundo a classificação do Banco Mundial de Estados frágeis e afetados por conflitos. Para todos os outros indicadores, são usadas médias dos últimos cinco anos (2015-2021).

**Figura 5. África Subariana: Resposta a impulsos do PIB per capita face a choques nos termos de troca**

(percentagem)

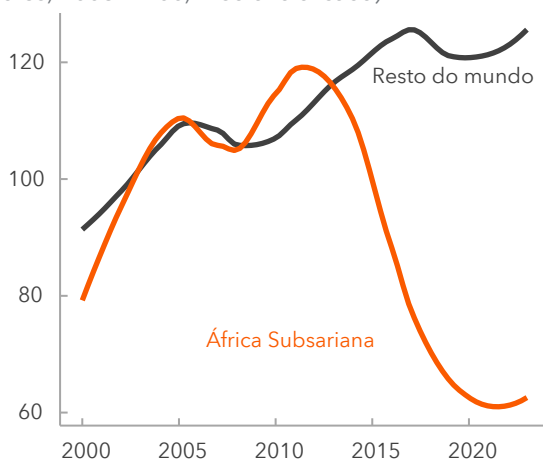


Fontes: Banco Mundial, Indicadores de desenvolvimento mundial; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a figura baseia-se numa regressão do crescimento baseada em projeções locais que abrangem vários países da África Subariana, usando dados anuais. Representa a reação dinâmica cumulativa do PIB real per capita face a uma redução de 1% nos termos de troca dos países com pontuações de governação agregadas acima da média (azul) e abaixo da média (vermelho), com base nos indicadores de governação mundial do Banco Mundial. A regressão leva em conta a formação bruta de capital fixo como percentagem do PIB, o índice de governação e dois desfasamentos da variável dependente e dos termos de troca (para controlar autocorrelações, segundo Montiel Olea e Plagborg-Møller (2021)).

**Figura 6. Países exportadores de combustíveis: PIB petrolífero real**

(Índice, 2003 = 100, mediana alisada)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

mais elevado nos países pobres em recursos naturais do que nos países ricos em recursos naturais da região, o que revela o contributo importante destas fraquezas estruturais para a reduzida acumulação de capital.

## Consequências do choque de 2014-2015

O choque nos preços das matérias-primas de 2014-2015 afetou os países exportadores de combustíveis com especial intensidade. Quando os preços baixaram, as fraquezas estruturais e o mau ambiente de investimento agravaram o problema crónico da produção de petróleo e minaram a reafetação de recursos aos setores não petrolíferos. Num contraste notório com os países comparáveis fora da região (que, geralmente, apresentam indicadores de governação mais robustos), os desafios de segurança, o subinvestimento (nomeadamente na exploração para compensar o esgotamento dos campos petrolíferos existentes) e a manutenção insuficiente têm prejudicado a capacidade produtiva na África Subariana (Figura 6; Cust e Zeufack 2023). Além disso, a produção de combustíveis na região subariana tem custos relativamente elevados, em comparação com outras regiões, como o Médio Oriente, pelo que a redução dos preços dos combustíveis fez baixar desproporcionalmente os lucros, o que reforçou ainda mais esta tendência. Consequentemente, após 2014, os países exportadores de combustíveis na África Subariana sofreram cortes relativamente maiores na produção de petróleo do que os produtores de fora da região. E os rendimentos mais baixos e o risco acrescido nos países provocaram recentemente um êxodo de empresas estrangeiras (por exemplo, em Angola e na Nigéria; The Economist 2024).

Do lado orçamental, a queda das receitas provocada pelo choque nos preços das matérias-primas levou os países exportadores de combustíveis a contrair empréstimos (em média, cerca de 5% do PIB por ano nos quatro anos que se seguiram ao choque) e obrigou a uma consolidação orçamental acentuada, devido à inexistência geral de poupanças preexistentes.<sup>2</sup> Esta situação refletiu o facto de a maioria das receitas orçamentais destes países estar dependente do setor dos combustíveis, bem como a prevalência de contratos assimétricos com empresas petrolíferas (especialmente

<sup>2</sup> Desde 2011, o país exportador de petróleo médio da África Subariana gastou consistentemente toda a receita do petróleo no ano em que a auferiu, ou seja, os lucros inesperados não foram poupados (nota "Gerir a incerteza dos preços do petróleo e a transição energética" do relatório *Perspetivas Económicas Regionais*, outubro de 2022). Por exemplo, no Gabão, a dívida até aumentou, de 20% para 34% do PIB, durante o período 2008-2014.



no que diz respeito a impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas e à participação nos lucros face a custos fixos), o que leva os governos a receber uma proporção mais baixa do total de receitas do petróleo quando os preços baixam (Cherif e Matsumoto 2021). Com o passar do tempo, a dívida daí resultante tornou-se cada vez mais dispendiosa e difícil de refinanciar, especialmente uma vez que a fraca governação e a má gestão orçamental fizeram aumentar os prémios de risco. Com efeito, o país exportador de combustíveis mediano gastou cerca de um terço da sua receita orçamental (excluindo donativos) no serviço da dívida no período de 2015-2023, quase o dobro do montante dos países pobres em recursos naturais. O resultado líquido para muitos destes países tem levado ao **abandono de despesas essenciais não relacionadas com juros** (que diminuíram, em média, cerca de 6 pontos percentuais do PIB entre 2011-2014 e 2015-2023).

Esta situação contrasta com a dos países ricos em recursos naturais (excluindo os combustíveis) na África Subsariana, os quais cresceram mais rapidamente do que os países exportadores de combustíveis após 2014, em consonância com o choque menor sofrido nas receitas das suas exportações. O rendimento total dos recursos nesses países, em percentagem do total da economia, foi de cerca de um quarto dos recursos auferidos pelos países exportadores de combustíveis no período 2000-2014, tornando-os menos vulneráveis a choques nos preços das matérias-primas. Além disso, o recente aumento acentuado da procura mundial de ouro e de metais de transição, após o choque, resultou numa forte recuperação dos preços das exportações de vários países. Ainda assim, o crescimento do rendimento *per capita* registado desde 2019 nos países ricos em recursos naturais (excluindo os combustíveis) continua um ponto percentual abaixo do dos países pobres em recursos naturais, o que, mais uma vez, reflete, em parte, as fraquezas estruturais não resolvidas, a escassez do investimento público e as lacunas em matéria de infraestruturas.

## Regressar ao rumo certo: Relançar o crescimento nas economias africanas ricas em recursos naturais

Os países ricos em recursos naturais precisam de reformas profundas para relançarem o crescimento e assegurarem a resiliência e durabilidade deste. Estes países precisam urgentemente de diversificar a sua economia para além do setor dos recursos naturais para garantir um crescimento mais sustentável e inclusivo, especialmente os países exportadores de combustíveis que se confrontam com uma transição mundial para a energia verde, que visa combater as alterações climáticas.

A estabilidade macroeconómica é uma condição prévia essencial para o crescimento sustentável. Por isso, numa primeira etapa, os países ricos em recursos naturais devem assegurar que o seu atual conjunto de políticas macroeconómicas é adequado, devendo eliminar qualquer distorção das principais políticas que possa refrear a confiança nos negócios e o investimento. As prioridades específicas irão variar de país para país. Por exemplo, em certos países, uma eliminação progressiva dos subsídios regressivos aos combustíveis, acompanhada de medidas para compensar o impacto desta eliminação nos mais pobres, através de transferências sociais direcionadas, pode reduzir os desequilíbrios orçamentais e ajudar a criar espaço para uma despesa mais produtiva em prol do desenvolvimento. A inflação também permanece significativamente mais elevada em vários países (Angola, Nigéria) e, se não for refreada, poderá gerar grandes incertezas para as empresas e os consumidores. Empregar uma política monetária restritiva, assegurar a coordenação com a política orçamental e evitar o financiamento monetário poderão ser formas de recuperar o controlo sobre os preços. Os países exportadores de combustíveis com regimes sem paridade cambial devem deixar que a moeda se ajuste à taxa determinada pelo mercado, a fim de evitar distorções no mercado cambial, que podem alimentar os comportamentos de procura de rendimento e desencorajar os fluxos de entrada de investimento. A adoção de medidas atempadas em prol da transparência e da governação também pode ajudar os governos a reterem uma maior parte dos rendimentos dos recursos naturais e a utilizarem esses rendimentos de forma mais eficaz.

O reforço dos quadros orçamentais e a sua respetiva implementação são essenciais para dar resposta à volatilidade dos termos de troca e para salvaguardar a economia contra choques futuros:

- Um quadro orçamental bem gerido e eficaz pode permitir que os países exportadores de matérias-primas poupem mais facilmente os lucros inesperados dos recursos naturais, apoiando a prestação de serviços e a despesa em prol do desenvolvimento quando os preços das matérias-primas baixam, e suprimindo as necessidades das gerações futuras. Neste aspeto, regras orçamentais devidamente calibradas (como as aplicadas no Chile, por exemplo) podem reduzir o carácter pró-cíclico da política orçamental, atenuar a volatilidade, reduzir os custos de financiamento e, em última análise, melhorar a eficiência dos esforços em prol do desenvolvimento (FMI 2023). Embora muitos países disponham de regras orçamentais, estas precisam frequentemente de ser reforçadas e, de um modo mais geral, são necessários maiores esforços para garantir o seu cumprimento. Estas medidas são particularmente pertinentes quando os preços das matérias-primas dão sinais de recuperação.
- Mesmo que não seja exequível um país alisar perfeitamente as flutuações mundiais dos preços das exportações, as **regras orçamentais centradas no princípio do seguro** contra choques podem ser particularmente úteis para impulsionar a estabilidade macroeconómica (Eyraud, Gbohoui e Medas 2023).
- O quadro deve ser apoiado por esforços destinados a alargar a base tributável e por uma melhor administração das receitas, com o objetivo de **reduzir a dependência do orçamento em relação ao setor dos recursos naturais**. Mansour e Schneider (2019) fornecem orientações pormenorizadas sobre como mobilizar receitas fiscais em países com problemas de governação, recomendando, nomeadamente, a escolha de uma estrutura tributável simples e a minimização das isenções. Há que envidar também esforços para **assegurar que a tributação das empresas petrolíferas internacionais corresponde às melhores práticas** e contribui adequadamente para o orçamento. Pode ser útil aderir à Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas e adotar as suas medidas.
- Por fim, a **maioria dos países exportadores de petróleo da África Subariana tem um regime cambial fixo**. Neste contexto, a política orçamental é o principal mecanismo de ajustamento contra choques externos, o que confere ainda mais importância a um quadro orçamental prudente e à existência de reservas orçamentais e externas suficientes. Não sendo possível ajustar a taxa de câmbio, manter os prémios dos salários públicos sob controlo pode ajudar a reduzir a sobrevalorização da taxa de câmbio.

É essencial eliminar obstáculos à diversificação, não só para reforçar a resiliência futura, mas também para promover melhorias sustentadas nos níveis de vida. Para serem bem-sucedidas, as estratégias de diversificação requerem um compromisso a longo prazo e políticas abrangentes que deem resposta às fraquezas estruturais. Os estudos de caso realizados nos países indicam a importância de manter a estabilidade macroeconómica e de reforçar a qualidade das infraestruturas, as competências da população ativa e o acesso a serviços financeiros, melhorando ao mesmo tempo o quadro regulamentar e promovendo a concorrência (FMI 2024b). Neste contexto, a experiência indica também que **as intervenções do governo destinadas a apoiar setores específicos (política industrial) devem ser usadas com cautela**, especialmente em situações de pouco espaço orçamental e fraca governação. A investigação dá fortes indícios de que essas políticas não são um substituto adequado de reformas mais amplas. Muitas vezes, os investidores valorizam sobretudo a estabilidade, a qualidade das instituições e a disponibilidade de fatores de produção essenciais, em vez de incentivos fiscais (FMI 2024c, 2024d). Por conseguinte, as prioridades das políticas devem centrar-se nos seguintes obstáculos fundamentais:

- **Melhorar a governação e o ambiente de negócios.** Um ambiente mais favorável não só atrairia investimentos cruciais para o setor dos recursos naturais, promovendo o crescimento, como também permitiria desenvolver o setor privado para lá do setor dos recursos naturais, aumentando a resiliência global da economia. De entre as medidas específicas possíveis encontram-se a melhoria da eficiência da prestação de serviços públicos; o reforço do Estado de direito no que toca à segurança, aos direitos de propriedade e ao cumprimento de contratos; e a simplificação da regulamentação administrativa para as empresas. No caso dos países ricos em minerais essenciais para a transição ecológica (por exemplo, lítio, níquel, manganês e cobalto), um melhor ambiente de negócios permitiria também às empresas locais diversificarem a sua atividade, passando das

matérias-primas para minerais processados, o que não só proporciona maior valor acrescentado, mas tem também tendência a ser menos volátil (nota [“Em busca de oportunidades: Aproveitar a riqueza da África Subsariana em minerais críticos”](#) do relatório *Perspetivas Económicas Regionais*, abril de 2024).

- **Investir nas pessoas.** Em percentagem do PIB, a despesa com educação no país mediano da África Subsariana rico em recursos naturais é de apenas três quartos do seu homólogo pobre em recursos naturais. No entanto, no contexto de um crescimento demográfico acelerado em toda a região, a capacidade de um país se expandir para setores de maior produtividade (como o agronegócio, a indústria transformadora e os serviços), ou a sua capacidade de aproveitar novas oportunidades (incluindo a digitalização e a inteligência artificial) dependerá de uma população ativa devidamente qualificada. Por conseguinte, garantir um acesso adequado à educação e assegurar a qualidade do ensino é essencial para a diversificação e o crescimento (Giri, Quayyum e Yin 2019; nota [“Formar a mão-de-obra do futuro: Educação, oportunidades e o dividendo demográfico da África”](#) do relatório *Perspetivas Económicas Regionais*, abril de 2022).
- **Resolver as lacunas em termos de infraestruturas.** As lacunas em termos de infraestruturas aumentam os custos e entram o crescimento, especialmente quando impactam setores de rede fundamentais, como a energia ou os transportes. Essas lacunas são particularmente generalizadas nos países ricos em recursos naturais na África Subsariana. Além disso, as infraestruturas precárias têm muitas vezes um impacto significativo nas grandes populações rurais dos países ricos em recursos naturais, onde a falta de acesso a mercados, à energia ou à água pode prejudicar a produtividade agrícola. No entanto, os projetos devem ser cuidadosamente selecionados e implementados a fim de assegurar rendimentos elevados.

## Referências

- Cherif, Reda, and Akito Matsumoto. 2021. "Sub-Saharan African Oil Exporters: The Future of Oil and the Imperative of Diversification." IMF Special Series on COVID-19, Washington, DC..
- Cust, James, and Albert G. Zeufack. 2023. "Africa's Resource Future: Harnessing Natural Resources for Economic Transformation during the Low-Carbon Transition." Africa Development Forum.
- Dakoure, Kadjatou, Mahamadou Diarra, and M. Idrissa Ouedraogo. 2023. "Role of the Choice of Exchange Rate Regime on Real Exchange Rate Misalignments in sub-Saharan African Countries." *International Economics and Economic Policy* 20: 425-455.
- Dimkpa, C.A, F.O Chukwuma, Abah Achadu, F.M Tele, and I. H. Dimkpa. 2023. "Economic Losses through Oil Theft in Nigeria: A 4-year (2019-2022) Analysis." *European Modern Studies Journal* 7(3).
- The Economist. 2024. "Nigeria's High Cost Industry is in Decline". March 21.
- Eyraud, Luc, William Gbohoui, and Paulo Medas. 2023. "A New Fiscal Framework for Resource-Rich Countries." IMF Working Paper 23/230, Washington, DC.
- Giri, Rahul, Saad Quayyum and Rujun Yin. 2019. "Understanding Export Diversification: Key Drivers and Policy Implications". IMF Working Paper 2019/105, Washington, DC.
- International Monetary Fund. (IMF). 2022. "Industrial Policy for Growth and Diversification: A Conceptual Framework". IMF Departmental Paper 22/017, Washington, DC.
- International Monetary Fund. (IMF). 2022b. Angola: Selected Issues. Country Report No. 22/12, Washington, DC.
- International Monetary Fund. (IMF). 2023. Chile: Fiscal Considerations in Managing Stabilization Funds. IMF Country Report 23/249, Washington, DC.
- International Monetary Fund. (IMF). 2024. Cameroon: IMF Article IV Consultation Staff Report 2023. February, Washington, DC.
- International Monetary Fund. (IMF). 2024b. "Economic Diversification in Developing Countries: Lessons from Country Experiences with Broad-Based and Industrial Policies." IMF Departmental Paper 24/006, Washington, DC.
- International Monetary Fund. (IMF). 2024c. "Industrial Policy Coverage in IMF Surveillance—Broad Considerations." IMF Policy Paper 24/8, Washington, DC.
- International Monetary Fund. (IMF). 2024d. "Industrial Policy: Trade Policy and World Trade Organization Considerations in IMF Surveillance." IMF Note 24/02, Washington, DC.
- Jalles, João Tovar, Youssouf Kiendrebeogo, Waikai R. Lam, and Roberto Piazza. 2023. "Revisiting the Countercyclicity of Fiscal Policy." IMF Working Paper 23/089, Washington, DC.
- Mansour, Mario, and Jean-Luc Schneider. 2019. "How to Design Tax Policy in Fragile States." How to Note 19/04 International Monetary Fund, Washington, DC.
- Marioli, Francisco Arroyo, and Vegh, Carlos A. 2023. "Fiscal Procyclicality in Commodity Exporting Countries: How Much Does it Pour and Why?" NBER Working Paper 31431.